



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: **Segurança, Defesa e Forças Armadas**

TÍTULO DA COMUNICAÇÃO:

“As informações militares na democracia portuguesa: contributos de uma investigação”

IDENTIFICAÇÃO DO(S) AUTOR(ES):

1º Autor

BALTAZAR, Maria da Saudade

Doutora em Sociologia, Universidade de Évora, baltazar@uevora.pt

2º Autor

FONSECA, Dinis

Doutor em Sociologia, Universidade de Évora, dmfonseca@emgfa.pt

3º Autor

"[APELIDO EM MAIÚSCULAS]" , "[nome(s) próprio(s)]"

"[grau académico e área de especialidade]" , "[instituição]" , "[endereço electrónico]"

4º Autor

"[APELIDO EM MAIÚSCULAS]" , "[nome(s) próprio(s)]"

"[grau académico e área de especialidade]" , "[instituição]" , "[endereço electrónico]"

Resumo

A globalização intensificou os perigos que encaramos, como o terrorismo internacional e disseminação/propagação de tecnologias letais, perturbações económicas e a mudança climática. As modificações democráticas operadas na sociedade portuguesa refletiram-se num sector sensível dos interesses nacionais – os Serviços de Informações Militares.(SIM) No mesmo período em que as alterações de funções e estrutura organizacional se verificaram nos Serviços de Informações, Portugal através das Forças Armadas (FA), num quadro de cooperação internacional, tem contribuído para a promoção da paz e segurança, com uma projeção de Forças Nacionais Destacadas (FND) sem paralelo histórico nacional. A interação do país com realidades novas remete-nos para o estudo do sector das Informações Militares: a sua transformação, enquadramento institucional e funções na democracia em Portugal, ou seja, desde um tempo em que o país se encontrava quase retirado do cenário internacional até a atualidade em que não se pode descurar as influências da globalização.

Nesta decorrência apontamos à questão da compreensão da mudança operada nos quadros sociais de ação que o trabalho profissional desenvolvido nos serviços de informações procura captar, mudança que desencadeia nos próprios serviços alterações procedimentais, nomeadamente na sua metainformação estratégica nacional.

Pelo que este trabalho corresponde à identificação dos fatores macrossociais que levaram às alterações ocorridas no SIM, atualmente designado por Centro de Informações e Seguranças Militares (CISMIL), e consequentes implicações no âmbito das informações e segurança, nas missões que são acometidas às FA Portuguesas no atual contexto internacional. Essas alterações são aqui tomadas como uma resposta institucional adaptativa às mudanças sociais globais e as consequentes implicações na meta informação estratégica nacional, como uma consequência operacional imperativa e decorrente dessa mesma adaptação institucional.

Abstract

Globalization has intensified national concerns from transnational/international terrorism, lethal technologies scattering and propagation, financial and economic turmoil as well as global climate changes. Latest changes in democracy among Portuguese society are also reflected in a sensitive area of national interests. In this range of changes the Military Intelligence Service situation also arouses our curiosity. While Portuguese Intelligence Services are throughout major changes, functional and organizational, the Armed Forces are through a historic and an unprecedented deploying of National Forces within the framework of international military cooperation, contributing to peace and security in several hot spots conflicts worldwide. Portugal interaction with these new realities takes us to the study of military intelligence, its transformation, institutional framework and functions within democracy, meaning, from a time when the country was almost removed from the international scene until the timeliness in which we could not ignore the influences of globalization.

This work corresponds to the identification of macro-social factors that led to changes in the SIM, currently called the Information Center and Military Security (CISMIL), and its implications in the context of information and security missions that are affected in the Portuguese FA in the current context international. These changes are here taken as an adaptive response to global institutional towards social changes and consequent implications for national strategic meta information, such as a mandatory operating result and due to this same institutional adaptation.

Palavras-chave: Democracia, Defesa; Forças Armadas; Globalização; Informações Militares

Keywords: Democracy, Armed Forces; Globalization; Military Intelligence

DATA ENVIO DA COMUNICAÇÃO: 09 junho 2014

NÚMERO DE SÉRIE:

[0483]

INICIE AQUI O TEXTO DA SUA COMUNICAÇÃO. NÃO DEIXE DE CONSULTAR AS INSTRUÇÕES AOS AUTORES, DISPONIBILIZADAS EM FICHEIRO AUTÓNOMO.

Introdução

As FA integram os processos sociais nos Estados contemporâneos despertando por essa via a atenção da análise sociológica em relação à instituição militar, tanto com o objetivo de uma maior compreensão da sua realidade interna bem como com a necessidade de identificação do tipo de relações que esta estabelece com a sociedade de que faz parte. Os quadros fatuais de atuação das FA, pelas transformações sociais, políticas, económicas e militares que a globalização gera, têm sofrido alterações que obrigam a um esforço de acompanhamento com repercussões internas na organização militar.

As Informações Militares (IM) refletem essa realidade e como tal carecem de metainformação estratégica e estratégico-militar compatível com as necessidades de antecipação para prevenção ou intervenção das FA e atualizadas para acompanhamento contínuo da atividade das forças no terreno. A inter-relação dos correspondentes serviços de informações nacionais, nomeadamente o SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa) e o CISMIL, nas áreas respetivas irá contribuir para um processo prospetivo estratégico necessariamente iniludível nas vantagens decorrentes para a atuação das FA no capítulo da Defesa.

1. Trajetória Histórica das Informações Militares em Portugal

Nas IM constatamos diversas alterações estruturais e funcionais desde 1974. Assim, a história das Informações portuguesas desde 1974 é caracterizada pela ambivalência sobre a sua legalidade, a sua organização, administração e responsabilização e papel político. Os problemas surgidos na comunidade de Informações portuguesa são principalmente atribuíveis à rivalidade entre civis e militares. O caminho das informações, no tempo da democracia portuguesa, permite uma constatação deveras perniciosa aos respetivos serviços como à própria democracia, ou seja, o edifício legislativo que suporta a atividade das informações em Portugal é penosamente, e paulatinamente, atualizado ao sabor dos eventos, denunciando, de alguma forma, uma reduzida reflexividade social, no sentido do constante reforço e complementaridade estabelecidos entre estrutura e ação, com vista à discussão e comprometimento democráticos apontando a uma arquitetura organizacional perene: *“A relação entre permanência (estrutura) e o movimento (ação social) representa de facto a componente base da sociedade, uma vez que é esta dualidade que torna a sociedade possível e molda o seu carácter ora na direção da permanência, ora na direção da mudança”* (Baltazar, 2005:7).

Em retrospectiva, constatamos que até Abril de 1974 a estrutura das Informações do estado baseavam-se na Polícia Internacional e de Defesa do Estado/ Direção-Geral de Segurança (PIDE/DGS), extinta em 25 de Abril de 1974 e nos serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola e de Moçambique. Os militares dispunham, igualmente, de um Serviço de Informações, para uso próprio.

Após o derrube da ditadura pelo Movimento das FA em 1974, os sucessivos governos adiaram por mais de 12 anos a configuração de um tipo de Sistema de Informações fora do controlo dos próprios militares. Este atraso foi, pelo menos em parte, devido a restrições políticas no período pós-ditadura, onde a ligação entre as Informações e a polícia secreta estava, na sociedade portuguesa, compreensivelmente marcada pela negativa.

O desmantelamento da estrutura da polícia política (PIDE-DGS) após a revolução significou o desaparecimento, também, das Informações do Governo – pesquisa, produção e difusão. Nos anos após a revolução era politicamente impossível para qualquer Governo criar um novo Serviço de informações. Esta situação seria tão impopular (porventura mais) como o aumento de impostos. A razão para tal impossibilidade foi a estreita identificação na memória coletiva entre o tipo de trabalho das Informações,

ainda que legítimo, e a prática repressiva da polícia política da ditadura. Neste vazio, a responsabilidade do trabalho de Informações foi delegada nos militares. A Divisão de Informações (DINFO), na alçada do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), procedia ao trabalho de recolha e tratamento da informação através, entre outras opções, da Secção E (ou Secção Técnica) como braço operacional. O EMGFA e a DINFO acumulavam um poder considerável e eram apenas nominalmente sujeitos ao controlo civil, já que não havia nenhum corpo político eleito face a quem houvesse subordinação destes órgãos. Ironicamente, a relutância dos políticos em criar um órgão civil para as Informações levou ao crescimento de uma estrutura militar que foi, pelo menos, tão independente como a antecessora polícia política na ditadura.

As FA controlaram independentemente as Informações por mais de uma década, com base em pessoal civil e militar, aqueles oriundos de Angola e Moçambique, e expandiu-se para a cobertura de todos os aspetos relacionados com a atividade da segurança. Em 1984 foi concebido e parcialmente instituído um sistema civil, que integrava as já existentes Informações militares e um novo ramo civil (SIS), largamente constituído por recursos humanos jovens e inexperientes. Tratava-se de um sistema complexo e pesado e incluía diversos ramos, designadamente o SIED, que não passou do papel. O sistema criado demonstrou muita vulnerabilidade e erros de análise, desinformação e conflitos internos. Da mesma forma, não estava sujeito a avaliação eficaz.

No âmbito dos trabalhos de reestruturação do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), levados a cabo no último decénio do século XX, foi decidido que o SIED e o SIM, criados em 1984, seriam extintos, sendo substituídos, exclusivamente, pelo novel Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM), o qual ficaria na dependência do Ministério da Defesa Nacional. A solução assim expressa tomou corpo legal em 1995, e respeita o entendimento das FA como uma estrutura integrada no quadro orgânico do Estado democrático, bem como a compreensão dos proveitos inerentes à garantia da unidade de pensamento e doutrina na produção de informação estratégica de defesa e de informação estratégica militar. Nesta reestruturação, a Divisão de Informações Militares (DIMIL) via a sua missão limitada à prestação de apoio de Estado-Maior no âmbito das informações e da segurança militares.

Posteriormente, a estrutura da DIMIL foi sendo alterada por razões diversas. Desde logo, com o acolhimento do Gabinete de Ligação aos Adidos Militares (GLAM), situação não prevista quando se verificou a reestruturação nascida da racionalidade e redução. Uma outra alteração à estrutura inicialmente definida teve que ver com o empenhamento do País em operações exteriores, pouco tempo após a referida reestruturação, o que se refletiu na necessidade de reforço das IM com o objetivo da garantia do apoio às FND. A necessidade de acompanhamento da evolução doutrinária no âmbito da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), que se traduziu na criação de uma repartição, foi outra alteração à construção inicial. A realidade rapidamente demonstrou a inadequação desse modelo às necessidades efetivas do EMGFA. As lacunas da novel organização ficaram patentes quando o País projetou as primeiras FND.

A separação no tratamento das informações estratégicas de defesa e das informações estratégicas militares pode originar conflitos resultantes de competências e tarefas de cada serviço e/ou órgão encarregados de as produzir, dado o carácter abrangente e multidisciplinar da estratégia total. Aliás, este é um tema de alguma forma recorrente, já que, em 2009, o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa teve diversas reuniões de trabalho com o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) e à época a DIMIL, nas quais foi refletida a situação das IM, a questão do respetivo relacionamento com o SIED e a adequação das IM no novo quadro jurídico-legal. As alterações da Lei-Quadro do SIRP introduzidas em 2004 provocaram consequências na atividade de informações das FA, designadamente, a exclusão das IM do âmbito do SIRP e a dependência de terceiros na produção de Informações (Lei Orgânica nº 4/2004, de 6 Novembro): *“Na nossa opinião, a evolução que tem seguido o paradigma das nossas informações, já no início criado com algumas deficiências, é contrária ao que a realidade exigiria”* (Prata, 2010).

2. As Etapas das Informações Militares

O SIM, compreendendo ou recebendo apoio de pessoal especializado de informações, vigilância de campo de batalha, aquisição de objetivos e reconhecimento, informação clandestina, contrainformação, informação das transmissões, serviço meteorológico e sistema de processamento de dados, embora orgânico das FA, só foi institucionalizado em 1984 quando a Lei 30/84 de 5 de Setembro criou os três serviços que passaram a integrar o Sistema de Informações da República – o SIED, o SIS (Serviço de Informações de Segurança) e o SIM. É um período que podemos denominar de integração das IM no SIRP.

Conforme foi referido anteriormente, o tratamento das IM, nível estratégico, manteve-se como atribuição do SIM até ao surgimento da modalidade SIEDM (criado em 1995 pelo Decreto-Lei nº254/95 de 30 de Setembro) com as tarefas cometidas ao SIED e ao próprio SIM. Assiste-se a um tempo a que chamamos de fusão dos serviços militares no SIRP, através do SIEDM. Como fundamento desta alteração, foi invocada a vantagem que a unidade de pensamento e doutrina na produção da informação estratégica de defesa e da informação estratégica militar, que cabiam a cada um desses serviços, iria conseguir. Posteriormente, e num processo que parece ser de afastamento dos SIM em relação ao SIRP, os serviços militares sofrem a exclusão da orgânica do SIRP¹.

Finalmente, no culminar deste processo, sobre as FA e sobre o organismo responsável pela produção de IM impende especial dever de colaboração com os serviços de informações do SIRP, nos termos das orientações superiormente definidas pela entidade competente, obrigando-se a comunicar-lhes pontualmente as notícias e os elementos de informação de que tenham conhecimento e estejam direta ou indiretamente relacionados com as matérias que dizem respeito à salvaguarda da independência nacional, dos interesses nacionais e da segurança externa do Estado.

Aliás, as novas ameaças, decorrentes do atual ambiente estratégico, volátil, incerto e perigoso, dada a sua natureza multidimensional e assimétrica e o seu caráter difuso, obrigam a um grande esforço de análise prospetiva por forma a detetá-las e neutralizá-las antes da sua materialização: *“Nenhum Governo, nenhum Comando Militar, nenhuma Direção de Forças de segurança gosta de ser surpreendido. A surpresa obriga a reformular planos e dispositivos em tempo limitado, provocando confusão e gastos extra. Os sistemas de informações destinam-se a estudar e esclarecer situações de que possam surgir ameaças e perigos, reduzindo o grau de incerteza e facilitando a tomada de decisão”* (Pinto, 2001: 316). Nesta perspetiva, tal realidade, conduz à adoção de uma postura de segurança cooperativa, implica uma maior necessidade de um eficiente sistema de informações e obriga à atuação dos respetivos serviços em múltiplos planos. Este incremento nas atividades de informações traduz-se, porventura, na necessidade de um aumento dos Recursos Humanos, técnicos e financeiros a colocar à disposição daqueles serviços.

Torna-se claro, desta forma, que a missão das FA não pode dispensar o conhecimento oportuno e tão completo quanto possível, das atividades hostis e das ameaças, por mais inocentes e veladas que se afigurem: *“Uma sociedade arrisca-se a ser vítima de si própria quando não consegue responder, de acordo com os seus princípios ou os seus métodos, aos desafios que os acontecimentos lhe lançam”* (Aron, 1977:22). As ameaças constituem o núcleo à volta do qual se desenvolve toda a conceção estratégica de defesa e a consequente orientação, preparação, dispositivo e disponibilização de meios para a sua vertente militar. No entanto, esta função requer a eliminação de “ruídos” nas relações institucionais e entre os serviços de informações, como antes referimos.

É neste sentido que se pode afirmar que as informações não constituem uma finalidade em si mesmas, mas sim um meio que os utilizadores empregam para tomar as suas decisões tão corretamente quanto possível. Para tal, é inalienável o entendimento partilhado e inequívoco do que o Estado necessita, no âmbito das informações, para que os seus democráticos representantes o sirvam escrupulosamente.

Temos que reafirmar, assim, que aos utilizadores (Governo, Comando das FA e Forças de Segurança) cabe determinar as necessidades de informações (o que precisam saber), para preparação das suas políticas. A partir destas necessidades terão que orientar os sistemas e/ou serviços de informações com a indicação das necessidades, prioridades que lhes atribuem e dos prazos para a sua obtenção. Tal orientação é indispensável, sem o que os sistemas ou serviços produzirão aquilo que julguem que os utilizadores necessitam. No fundo, trata-se da proteção da própria sociedade.

3. Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL)

É neste contexto que surge o CISMIL, que substituiu a Divisão de Informações Militares (DIMIL). Assim, o CISMIL é o órgão estratégico-militar e operacional responsável pela produção de informações em proveito do planeamento e conduta das missões inerentes às FA e das ações necessárias à garantia da Segurança Militar. Como entidade militar responsável pelas informações e segurança militares, o CISMIL dispõe de capacidade autónoma. Referimo-nos à capacidade autónoma de pesquisa de informação. Esta pesquisa é levada a efeito em dois níveis: o Estratégico (EMGFA), através do CISMIL; e Operacional-tático, através dos Ramos das FA.

O CISMIL tem na sua atividade normal capacidade para a formação de Células de IM, cuja finalidade é fornecer apoio às atividades relacionadas com a proteção dos militares integrados nas respetivas Forças. Parece-nos que uma questão por resolver em definitivo é a relacionada com a convivência entre o CISMIL e o SIED, pela necessidade da continuada abordagem sobre o assunto nos relatórios do Conselho de Fiscalização.

É tarefa essencial das IM fornecer aos responsáveis políticos e militares informações sobre a expressão militar dos países estrangeiros e garantir a segurança militar das FA, bem como informar acerca da situação de segurança: *“Partiendo de la base de que el fin último de la inteligencia militar es contribuir al éxito de las operaciones militares, los mandos deben disponer de aquella inteligencia que permita contar, en todo momento, com un conocimiento exhaustivo y detallado de los potenciales adversarios, sus doctrinas, capacidades, vulnerabilidades e intenciones, así como de la situación, el ambiente, la meteorología y de los aspectos geográficos de los posibles teatros de operaciones”* (Ruiz, 2005:145). Neste capítulo, é particularmente sensível, e em simultâneo relevante, a questão da ligação com os serviços de informações militares aliados. Relembramos que, quando existe uma modificação adversária de âmbito militar e quando esta alteração é crítica ou se revela como ameaça à Segurança e Defesa Nacional, tal é também relevante no âmbito político, social, económico e científico. O cabal cumprimento da missão das IM exige recursos de vária ordem, desde logo, recursos humanos, e neste parâmetro funcional as IM talvez se apresentem algo mitigadas.

No contexto de um ambiente de mudança é particularmente importante que os responsáveis políticos e militares possam depender da fiabilidade das IM, decorrente do relevo das funções do órgão militar de Informações – CISMIL. A fiabilidade está associada ao risco, sendo que a fiabilidade minimiza a situação de risco ou perigo que quaisquer atividades supõem. Acrescentamos, na mesma linha de pensamento, que a natureza das organizações modernas está largamente associada com os mecanismos de fiabilidade pericial.

3.1. Capacidade Autónoma do CISMIL

Como indicado anteriormente, o CISMIL, enquanto entidade militar responsável pelas informações e segurança militares, dispõe de capacidade autónoma de pesquisa de informação. Pesquisa que se desenvolve em termos:

- Estratégico (EMGFA), através do CISMIL;
- Operacional-tático, através dos Ramos.

As operações externas, são coordenadas pelo CEMGFA (decorre das competências próprias), e delegadas no Chefe do CISMIL, enquanto responsável por constituir, preparar, gerir e controlar as Células de IM (CIM).

A capacidade de pesquisa autónoma assenta na disponibilidade de recursos próprios para pesquisar informação. A CIM tem uma equipa de pesquisa Field Humain Terrain (FHT) que executa esse trabalho.

O apoio às operações correntes (planeamento) e o apoio à segurança e proteção física do Contingente Nacional (CN) destacado são os objetivos da missão atribuída às CIM que, em resultado da sua capacidade de pesquisa (na qual se inclui a capacidade para se ligar a outros serviços de informações) produz *Intelligence* que serve para aqueles objetivos – apoiar o planeamento e as operações das FND (CN) e para a sua segurança e proteção. E contribuem, também, com informação para o ciclo de decisão do CEMGFA. Desta forma, as IM, contribuem para o ciclo de decisão dos comandantes (CEMGFA, Comandante das FND), através da avaliação da ameaça e do risco do ponto de vista das vulnerabilidades próprias (da força, das operações, da proteção da força). Nesta sequência e dado que os militares têm, também, funções de mentoria, as IM procedem, igualmente, à avaliação de ameaças internas, no quadro das FND. Referimo-nos às ameaças internas (*Insider Threat – TESS*), nas áreas de terrorismo (ataques por elementos infiltrados nas Forças Nacionais Afegãs); espionagem (por empregados, pessoal com acesso a áreas/documentos sob reserva); e, sabotagem. Na área referente ao planeamento operacional, o apoio das IM, essencialmente, é para as deslocações da força e para os movimentos logísticos.

A atividade das IM, no Afeganistão, justifica, eventualmente, o reforço dos meios existentes. A ação da CIM no cenário do Afeganistão desenrola-se em termos bilaterais ou através do Q. G. das forças: *International Security Assistance Force (ISAF)*. Quando nos referimos ao relacionamento bilateral, estamos a apontar ao relacionamento com os Núcleos de Informações (NIC) considerados individualmente ou a um grupo de NIC. No âmbito da pesquisa, a atividade das IM, no exterior, move-se nos parâmetros referidos.

3.2. Capacidade de Pesquisa

A nível nacional, a capacidade de pesquisa do CISMIL, radica, fundamentalmente, em fontes abertas (OSINT), e fontes humanas (HUMINT).

Verifica-se, no entanto, ligação com a GNR, SIS, PJ e PJM, e com a PSP (neste caso, com expressão diminuta).

Os contatos com a GNR e PSP são estabelecidos no âmbito da segurança, com o SIS no âmbito do Terrorismo, Espionagem, Subversão e Sabotagem (TESS) e com a PJ e PJM no âmbito do crime organizado e crime militar, respetivamente.

Quanto à pesquisa autónoma, está limitada intramuros militares, dado que, em território nacional, mesmo no âmbito da espionagem ou do terrorismo, a atividade do CISMIL releva exclusivamente no que concerne à segurança militar.

Para a capacidade de pesquisa do CISMIL contabilizamos, também, o contributo dos aliados através do ACCI que possui um destacamento em território nacional. Este destacamento é uma mais valia na colaboração com o CISMIL, dado que, pelas capacidades próprias às quais não são estranhos os interesses dos EUA, permite a atualização das informações referentes ao norte de África, de movimentações de potenciais células terroristas nessa região e eventual deslocação para o território nacional.

A capacidade de pesquisa do CISMIL integra também, os contributos dos adidos militares estrangeiros, dos adidos portugueses e dos elementos das CTM.

Quanto à questão dos adidos, estes podem ser uma mais-valia para as IM. Embora os cargos desempenhados pelos adidos tenham um âmbito mais abrangente do que apenas as Informações, no caso de países em que a situação política não seja estável e em que este aspeto possa ter implicações negativas junto da Comunidade Portuguesa eles poderão ser a única fonte no terreno. Por outro lado, os adidos estão integrados numa comunidade local de Adidos onde a troca de informações pode ser vantajosa, mas só acontece se houver a confiança que normalmente se baseia no conhecimento.

Ainda no que respeita aos adidos portugueses e aos membros das CTM, podemos afirmar que correspondem, na nossa perspetiva, à capacidade de pesquisa operacional, mesmo considerando as situações em que os respetivos militares não integram formalmente a estrutura do CISMIL.

Quanto às necessárias relações com os adidos militares estrangeiros acontecem, talvez, num quadro bilateral e pontual por razões de confidencialidade e oportunidade, aliás, característica de qualquer atividade relacionada com informações.

Em termos sumários, constatamos, que o CISMIL estende a sua capacidade de pesquisa própria aos órgãos civis e militares do ponto de vista da segurança militar e do ponto de vista da NATO, ao ACCI e aos adidos militares. Outro fator a ter em conta nesta capacidade do CISMIL releva a importância da identificação, principalmente, dos casos de espionagem e assédio dos serviços de informações hostis, tarefas acometidas à CI e Segurança militar.

Verificamos, também, que as IM possuem atualmente capacidade para a pesquisa de informação estratégica, designadamente, informação estratégica militar. Neste caso, e em função da necessidade da estratégia militar do CEMGFA será, eventualmente, profícua a complementaridade na produção com o recurso a estudos/investigações académicas, que contribuam para os desígnios das mais altas instâncias militares. Por outro lado, parece-nos que a capacidade de pesquisa para satisfação das necessidades a nível operacional não está em causa. Aliás, o papel que as IM têm desempenhado em diversos teatros de conflito, no estrangeiro, testemunhado por diversos órgãos de comunicação social, confirma essa mesma realidade.

3.3. CIM – Papaver Somniferum

Para uma das zonas de interesse nacional, o CISMIL formou uma CIM, que dispõe de uma equipa CI-HUMINT (FHT), com dois objetivos definidos, embora, atualmente, devido à caracterização da ameaça mais preponderante (em especial aquela que afeta as FND) a pesquisa e *Intelligence* produzida esteja essencialmente focada na proteção da força. Esta situação acontece, porque nesta altura não se verifica atividade operacional de combate nem de projeção de forças nem planeamento defensivo ou ofensivo. Daí, que a maior incidência do trabalho reverta para a proteção da força, das instalações, do pessoal, dos movimentos próprios. A proteção aos mentores nacionais dedicados à instrução nas unidades afegãs, engloba-se na mesma atividade da CIM. Isto porque a missão da FND na ISAF é, principalmente, junto do NTM-A (*NATO Training Mission – Afghanistan*), na formação do *Afghan National Army* (ANA).

No ponto de vista operacional, as IM informam o Comandante da força sobre a ordem de batalha e ameaça, em apoio aos movimentos logísticos em função dos percursos definidos.

O aconselhamento ao Comando constitui-se igualmente por informação detalhada em vários aspetos no âmbito do planeamento operacional (questões do adversário, capacidade de intervenção ou de ataque), como no âmbito da autoproteção, ou seja, do que é que os próprios têm que fazer (horário de execução, condições atmosféricas, estado das vias de comunicação, velocidade na deslocação, mapeamento das zonas minadas, estado de pacificação das aldeias, segurança nas pontes).

Torna-se claro, que neste processo é fundamental o desempenho da CI-HUMINT das IM. A CIM empenha a FHT em atividades e operações de CI-HUMINT para pesquisar informação que lhe proporcione um conhecimento do teatro de operações, através das fontes, do contato com agentes diversos e cidadãos nacionais afegãos, ou, noutro ponto de vista, das relações com as autoridades locais ou indivíduos com conhecimentos específicos sobre determinadas realidades que contribuem, decisivamente, para a proteção dos militares e defesa das instalações.

3.4. CIM e a Colaboração no Teatro de Operações

Para o cabal cumprimento da missão das IM, designadamente, nos cenários de projeção das FA no exterior revela-se profícua a colaboração com diversas organizações. É neste quadro relacional que a colaboração com o SIED, pode ser entendida como potencial mais-valia na Defesa nacional. Até pelas limitações legais a que as IM estão sujeitas e que o SIED, pelas atribuições e funções concernentes, não tem, podendo contribuir

com informações certamente importantes, para a ação conjunta que resulta na defesa dos interesses nacionais no capítulo da Defesa. No entanto, durante o período de elaboração do presente trabalho, parece-nos, que não existiu qualquer colaboração no terreno entre ambas as estruturas de informações. A discussão sobre esta matéria está em aberto. No meio militar esgrime-se o argumento de que a introdução de elementos do SIED em CIM é um erro porque não se entende a necessidade de informações civis em teatro de operações. A única situação justificativa era se neste teatro estivesse um embaixador português. Como só há militares, não faz sentido a existência de serviços civis. Noutra perspetiva podem é ser adotados os conceitos de Área de Responsabilidade das Informações (ARI) e Área de Interesse das Informações (AII). Aqui, seria interessante que o SIED se preocupasse com a AII, que envolve o teatro de operações e onde não existe meios de IM. No teatro de operações, dada a exclusividade das forças militares, entendem os militares que os meios de informações devem ser unicamente castrenses.

Apesar desta situação o SIED colabora com as IM, em matéria relacionada com o Afeganistão (relatórios, documentação diversa). Porém, e de acordo com a informação disponível, no terreno nunca esteve ninguém do SIED numa CIM, nem qualquer elemento das IM numa estação do SIED, nomeadamente no Afeganistão, pelo que se pode afirmar que se apresenta nula a colaboração entre o SIED e o CISMIL.

Quanto à colaboração com entidades estrangeiras, as IM, consoante as circunstâncias, desenvolvem no teatro ligações com a *United Nations Assistance Mission* (UNAMA). Neste capítulo, verificamos a partilha de informação atendendo à importância que resulta do facto da UNAMA possuir ligações às Organizações Não Governamentais (ONG), no terreno. Verificamos que há vantagem mútua na colaboração existente: *“Within a multinational peace operation, good relations among all the actors – both military and civilian – have to be fostered. It is one of the main steps in building confidence and facilitating team work”* (Tresch et al, 2007:20).

Constatamos, também, a colaboração com as forças afegãs através do J2x de Cabul, da *Cabul Capital Division* e do *National Defense Service* (NDS), que é o serviço único de informações afegão (congrega as informações de Segurança e Defesa).

3.5. CISMIL – Colaboração Institucional

Em relação aos serviços nacionais, as relações são estabelecidas nos órgãos respetivos. Em termos de estrutura, o CISMIL está representado no Conselho Consultivo no âmbito do SIED e no Conselho Superior de Informações. Ao nível operacional, verifica-se ligação com o *Point Of Contact* (POC), tanto com o SIS (Serviço de Informações de Segurança) como com o SIED. Os militares POC fazem uma coordenação paralela, ao nível do elo mais baixo da sua área específica. Depois, a parte institucional em termos nacionais é o envio ou a resposta a *Request For Information* (RFI).

Por outro lado, o órgão das IM está obrigado legalmente a enviar, anualmente, um relatório para o Conselho de Fiscalização.

A nível bilateral, as relações são mantidas com dois países “preferenciais” por razões práticas, que são os EUA e Espanha, com os quais são mantidas reuniões anuais.

No que respeita ao relacionamento institucional inter-armas, parece-nos que os aspetos estritamente burocráticos podem obstar à urgência e confidencialidade que está na génese das informações, devendo na nossa perspetiva estar organizado numa rede sistémica. Tal como funcionam, talvez seja contraproducente. Para qualquer ação, é necessária a respetiva solicitação, via Gabinete do CEMGFA.

3.6. CISMIL – Colaboração Institucional com o SIED

Constatamos que a nível institucional, existe relacionamento entre o SIED e as FA. No entanto, este relacionamento tem como interlocutor o EMGFA e não o CISMIL. Cabe ao chefe militar a direção do Centro

de Informações e Segurança Militares de natureza estratégico-militar e operacional, em proveito do planeamento e conduta das missões cometidas às FA e das ações necessárias à garantia da segurança militar, designadamente nos aspetos relativos à uniformização da respetiva doutrina e procedimentos e à formação de recursos humanos. Por outro lado, o CISMIL, no âmbito das suas atribuições específicas, deve prosseguir e desenvolver a sua atividade de acordo com orientações e diretivas emanadas do CEMGFA.

Tal como está legalmente definido, não há colaboração direta entre o SIED e o organismo das IM. As informações produzidas pelo SIED, dirigem-se ao conhecimento do CEMGFA. O CISMIL acede a essas informações, através do Gabinete do CEMGFA. Parece-nos que, independentemente das relações institucionais, as informações produzidas pelo SIED, com interesse para as FA, poderiam ter o CISMIL como destinatário direto. É que, certamente, atendendo ao carácter das informações, faz sentido a aplicação do princípio da necessidade de conhecer. Talvez, os elementos que primeiramente acedem às respetivas informações, não tenham essa necessidade de conhecer. A recém criação do CISMIL e a “in”definição quanto ao enquadramento institucional “definitivo” das IM, conduz talvez, a este procedimento dúplice no que toca ao conteúdo e forma da “Intelligence” que chega ao decisor militar. Acrescentamos, igualmente, que provavelmente os elementos em questão não estarão preparados para procederem à análise daquela mesma informação.

No nosso entendimento, o CISMIL é a entidade que está acometida de tal tarefa. Assumindo este princípio a informação proveniente do SIED, terá que ser destinada ao CISMIL, para que este organismo proceda à respetiva produção.

A realidade presente, a desenvolver-se como estamos a perspetivar, orienta-se por um quadro em que o responsável máximo militar toma um primeiro conhecimento da matéria produzida pelo SIED, na forma de resumo elaborado por quem de direito no respetivo Gabinete. O procedimento supracitado tem um impacto relevante no trabalho do CISMIL.

Não estamos a afirmar que a prática é errada. Afinal, trata-se de resumir um documento para o decisor militar. No entanto, a avaliação da informação recebida é nula, porque resulta exclusivamente da leitura e resumo do texto. Um risco associado a esta prática é a putativa repetição do assunto quando o CEMGFA, eventualmente, recorrer ao CISMIL para a abordagem do mesmo tema. No fundo, nas IM há-de proceder-se à análise da informação recebida enriquecendo-a com a avaliação relativa aos respetivos assuntos e posterior disponibilidade para o recetor final – o chefe militar. Com efeito, o prisma da qualidade da informação permite discriminar a informação útil no dilúvio da informação rececionada. Nesta perspetiva, podemos afirmar que a informação proveniente das várias agências terá, necessariamente, como primeiro destinatário o CISMIL. Tanto mais, que é neste Centro militar que se trabalham as informações e segurança militares. A informação rececionada pelos serviços burocráticos do EMGFA tem o valor que tem. Porém, não é demais referirmos que o procedimento em curso tem impacto na capacidade de produção do organismo das informações militares. Potencialmente impacto negativo, designadamente, dada a suscetibilidade da informação ser incompleta, visto ser a visão de uma agência (SIED) sobre um assunto. O CISMIL terá, eventualmente, uma visão próxima mas diferenciada, porque a abordagem que os militares das informações levam a efeito é no ponto de vista das necessidades de informação do CEMGFA.

A informação veiculada na documentação do SIED, não se refere a qualquer requisito do chefe militar. Refere-se ao requisito de informações do Diretor do SIED que é o responsável que decidiu produzir aquela informação. Ela pode ser exaustiva mas com larga probabilidade de não possuir uma visão das necessidades militares do CEMGFA, ou seja, o chefe militar tem questões próprias que o Diretor do SIED não tem. As preocupações do CEMGFA, são, essencialmente, de natureza militar, da situação militar. Em contraponto, o SIED, tem as preocupações de servir o Primeiro-Ministro e aos diferentes níveis as questões que se colocam são diferentes e os objetivos a alcançar, são necessariamente, outros. O SIED produz informação no espectro, desde *intelligence* cultural, económica e até de âmbito militar de desenvolvimento tecnológico, político e de segurança, dirigida às necessidades de informação do Primeiro-Ministro. Seguramente, é uma informação importante para os militares, na medida em que ao utilizá-la, poderão enquadrar determinado tipo de indicadores visto que essa informação, sendo um produto final, possibilita o uso para contextualização de matérias relevantes para a Instituição militar. É uma informação que pode, em dadas circunstâncias

corroborar, reforçando, alguma informação produzida pelos próprios militares. Não é OSINT mas assemelha-se bastante contribuindo fortemente, para a consolidação da qualidade da produção das IM.

4 – A Título Conclusivo: dos constrangimentos identificados às sugestões

A existência de serviços de informações de segurança e defesa e/ou militares confirma a sua necessidade nos Estados democráticos e demonstra a respetiva conformidade da sua atuação com os princípios democráticos. A necessidade da existência de órgãos de coordenação dos serviços é uma realidade que por diversas razões se faz sentir, seja por via da organização territorial, seja por via das matérias tratadas, decididamente em defesa dos interesses nacionais. A inexistência ou o funcionamento esporádico de um organismo de coordenação pode obstar, de alguma forma, à integração e relacionamento funcional entre os serviços. Por outro lado, esta situação pode concorrer para que a coordenação e continuidade das atividades relacionadas com as informações de Defesa seja sujeita à mitigação da eficiência e eficácia das organizações que têm por dever legal a produção de informações neste capítulo.

Pelo exposto, parece-nos que o relevo institucional do CISMIL, no processo de tomada de decisão militar, remete para a alteração de procedimentos entre este órgão e a respetiva tutela, designadamente, no que respeita à comunicação exclusiva no capítulo das informações, independentemente da forma e periodicidade com que aconteça (*briefings*, palestras, documentos, etc.). A realidade do CISMIL, porém, é vivida num estado de exiguidade a vários níveis. As dificuldades em termos de efetivos são particularmente importantes. Outra situação que colide com o cabal funcionamento do CISMIL e que, em nosso entender, urge resolver, é a regulamentação deste órgão de informações de segurança e estratégias militares.

O esclarecimento quanto ao que, em definitivo, o Ministério da Defesa deseja para o enquadramento institucional das IM pode contribuir, decisivamente, para a necessária projeção das IM e o concomitante relevo institucional. A coordenação integrada dos serviços de Informações do SIRP e das IM parece-nos que pode contribuir para uma política integrada de Segurança e Defesa nacional. Também o relacionamento entre o CISMIL e o SIED carece de esclarecimento, objetivando a definição das respetivas áreas de atuação e fortalecendo o papel institucional de cada uma destas entidades. As relações bilaterais e multilaterais que o CISMIL mantém com os Serviços aliados e com a NATO revelam e potenciam o trabalho das IM, cimentando a necessidade de consolidação do CISMIL e respetiva projeção institucional. A constituição de células de IM é uma valiosa expressão do contributo do CISMIL para o processo de decisão a vários níveis hierárquicos em todos os cenários onde se encontram militares nacionais e uma prática que urge aprofundar e multiplicar. No entanto, o reconhecimento do trabalho das IM e o papel do CISMIL dependem da alteração de práticas atuais por parte dos decisores militares e da vontade política dos decisores políticos.

Não podemos finalizar sem referirmos, uma vez mais, as dificuldades inerentes aos trabalhos no âmbito da instituição militar e que demos conta ao longo do texto. A escassez de trabalhos na área das IM é, também ela, uma limitação à investigação: *“se pose alors la question de la tension entre l'autonomisation de la sociologie militaire et l'écueil d'un isolement résultant d'une marginalisation de la sous-discipline dans une logique centre/périphérie(s). Il n'existe pas encore de structure de recherche fédératrice capable d'assurer la pérennité et la visibilité des chercheurs en sociologie militaire. Ils se retrouvent ainsi souvent fortement isolés dans leurs universités de rattachement car cette affiliation disciplinaire apparaît encore comme une originalité, même s'il est vrai qu'ils peuvent se retrouver, ponctuellement, sous la bannière d'un même événement scientifique.”* (Djebbi et al, 2012: 9). Este trabalho reflete as limitações mencionadas e eventualmente outras mais. Pensamos que a originalidade desta investigação, além das lacunas que certamente evidencia, terá pelo menos o mérito de permitir a discussão sobre uma realidade até agora circunscrita a um público muito restrito. Gostaríamos que o nosso contributo fosse nesse sentido. Da mesma forma, a adoção por investigadores civis do estudo dos assuntos relacionados com as FA, apesar das dificuldades inerentes, pode contribuir para uma mais efetiva abertura da instituição militar à sociedade de que faz parte, legitimando aquela e proporcionando a esta mesma sociedade um conhecimento da realidade

castrense que permite a construção da confiança numa instituição com um papel insubstituível nas sociedades, designadamente, nas sociedades democráticas.

Referências Bibliográficas

Aron, Raymond (1977), *Defesa da Europa Decadente*, Lisboa, Editora Ulisseia.

Baltazar, Maria da Saudade (2005), *As Forças Armadas Portuguesas, Desafios Numa Sociedade Em Mudança*, Lisboa, Editora Caleidoscópico.

Conselho de Fiscalização do SIRP (2011), Parecer relativo ao ano 2010, *Diário da Assembleia da República*, iiª série-E-número 20, de 17 de Junho.

Tresch, Tibor Szvircev e Picciano, Nicasia (2007), “Effectiveness Within NATO’s Multicultural Military Operations”. In Coops, Cees M. e Tresch, Tibor Szvircev (ed.), *Cultural Challenges in Military Operations* (pp.11-24). Rome: NATO Defense College.

Djebbi, Sihem; Pastor, Alicia Paya (2012), Vers la structuration d’un champ de la Sociologie Militaire. Débats théoriques, méthodologiques et stratégiques, *Lettre de l’IRSEM*, nº9.

Pinto, Renato Marques (2001), As Informações na Idade da Informação, *Revista Militar* 4: 287-316

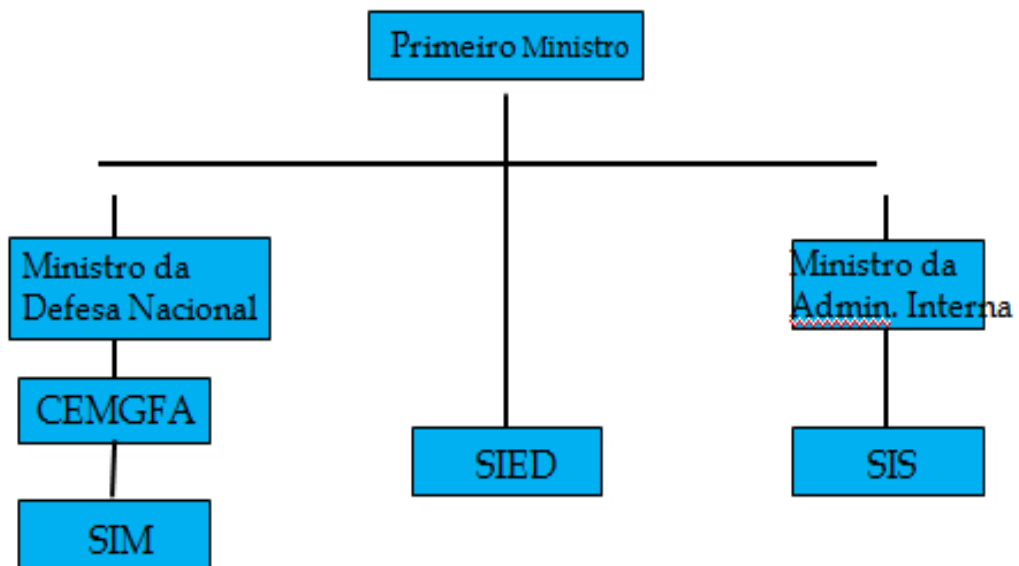
Prata, Gil (2010, Março). Informações e segurança nacional: a vertente militar. Recuperado em 22 de Fevereiro de 2011, de <http://www.operacional.pt/informacoes-e-seguranca-nacional-a-vertente-militar>.

Ruiz, José Jiménez (2005), La Racionalización de la Inteligencia en las Fuerzas Armadas, *Cuadernos de Estrategia*, 130: 141-164

ⁱ Cf organogramas para melhor sistematização das etapas evolutivas do SIRP.

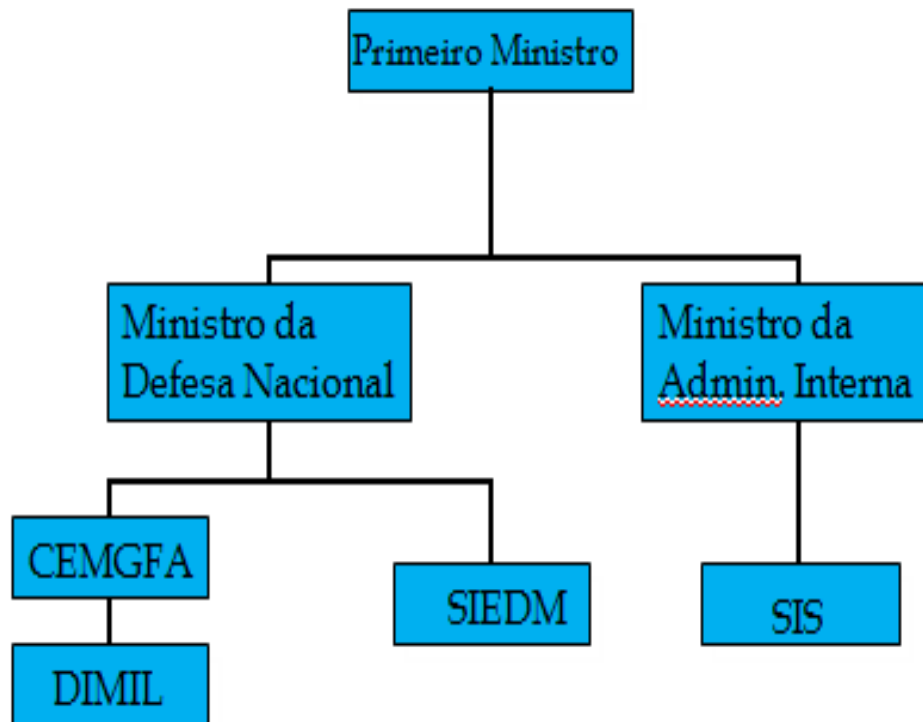
Anexos

SIRP – 1984 (Simplificado)



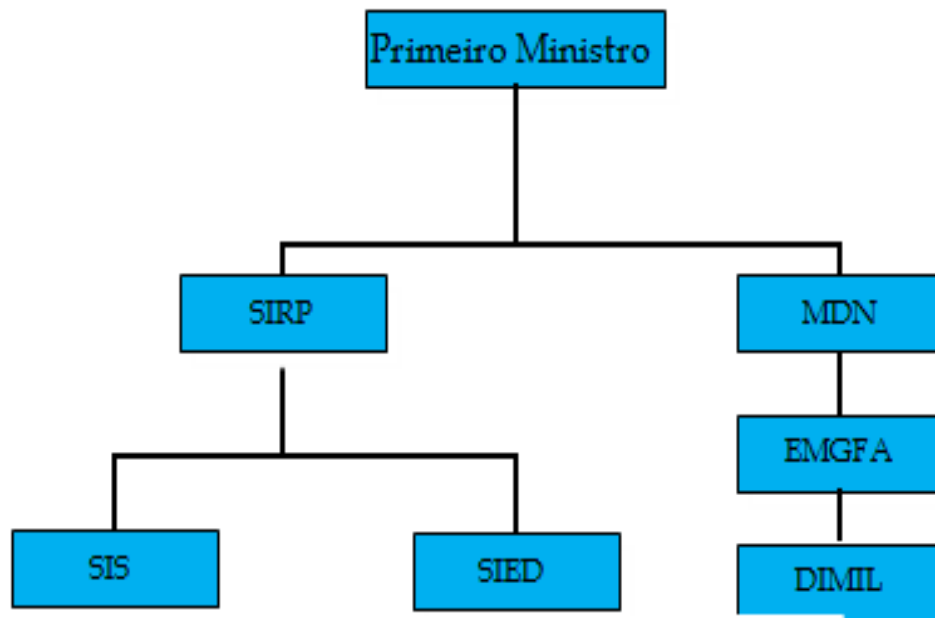
- CEMGFA - Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
- SIED - Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
- SIM - Serviço de Informações Militares
- SIS - Serviço de Informações de Segurança

SIRP – 1995 (Simplificado)



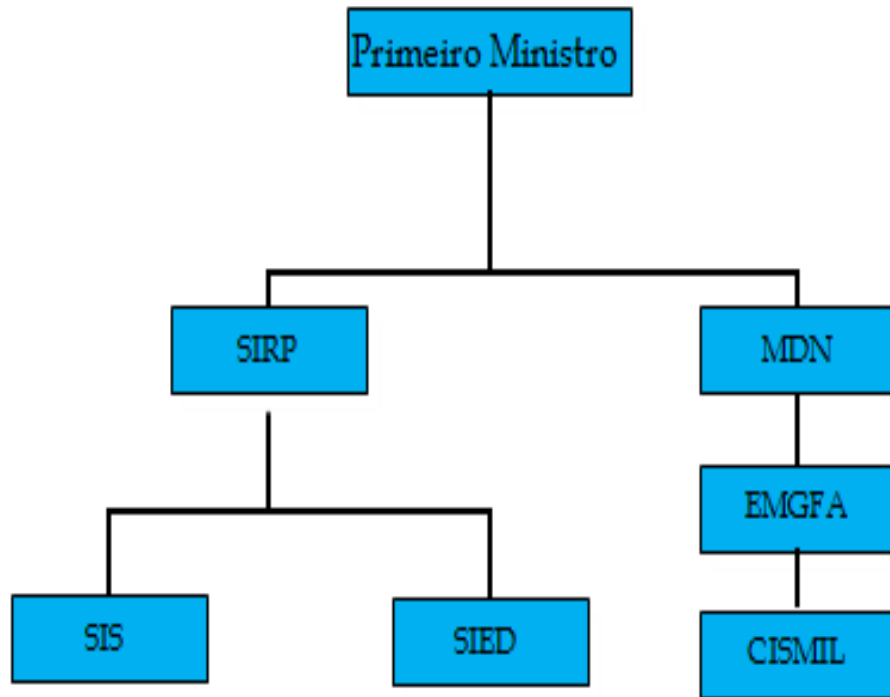
- CEMGFA - Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
- DIMIL - Divisão de Informações Militares
- SIEDM - Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares
- SIS - Serviço de Informações de Segurança

SIRP – 2004 (Simplificado)



- MDN - Ministério da Defesa Nacional
DIMIL - Divisão de Informações Militares
EMGFA - Estado-Maior General das Forças Armadas
SIED - Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
SIRP - Sistema de Informações da República Portuguesa
SIS - Serviço de Informações de Segurança
-

SIRP – 2009 (Simplificado)



- MDN - Ministério da Defesa Nacional
- CISMIL - Centro de Informações e Segurança Militares
- EMGFA - Estado-Maior General das Forças Armadas
- SIED - Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
- SIRP - Sistema de Informações da República Portuguesa
- SIS - Serviço de Informações de Segurança